

**Ministério da Fazenda****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 8, DE 11 DE JANEIRO DE 2006**

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista as disposições contidas no art. 87, inciso IV e § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o que consta no Processo Administrativo MF nº 10911.000309/2004-12, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa Post Box Comércio e Serviço Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.209.008/0001-13, a sanção administrativa prevista no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, declarando-a inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a sua reabilitação.

Art. 2º A reabilitação só poderá ser requerida após decorridos dois anos da aplicação da penalidade e depois de ressarcida a Administração pelos prejuízos resultantes dos fatos que determinaram a aplicação desta sanção.

Art. 3º esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO PALLOCI FILHO

**DESPACHOS DO MINISTRO**

Em 11 de janeiro de 2006

Processo nº: 17944.000996/2002-76. Interessado: Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar. Assunto: Contrato da Primeira Assunção de Dívida, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com intervenção da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, no valor de R\$15.409.363,80 (quinze milhões, quatrocentos e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), nos termos da Legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, na Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005. Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração. Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

Processo n: 17944.000995/2002-21. Interessado: Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar. Assunto: Contrato da Segunda Assunção de Dívida, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com intervenção da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, no valor de R\$2.329.592,40 (dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), nos termos da Legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, na Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005. Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração. Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

Processo n: 00190.005260/2003-32. Interessado: Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar. Assunto: Contrato da Quarta Novação de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, no valor de R\$4.343.878,43 (quatro milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos), nos termos da Legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Portaria/MF nº 250, de 3 de agosto de 2000, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005. Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração. Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

PROCESSO n: 15492.002075/2002-88.

INTERESSADO: Banco Santander Brasil S.A.

ASSUNTO: Contrato da Terceira Novação de Dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Banco Santander Brasil S.A., no valor de R\$42.156.118,82 (quarenta e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e dezoito reais e oitenta e dois centavos), nos termos da Legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Portaria/MF nº 250, de 3 de agosto de 2000, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005. Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração. Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

Processo n: 17944.001839/2005-21. Interessado: Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO. Assunto: Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças, firmado entre a União e a Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO, com intervenção da Caixa Econômica Federal e do Estado de Goiás, nos termos da Legislação em vigor, em especial do disposto na Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001. Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração. Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

ANTONIO PALOCCI FILHO

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL****RETIFICAÇÃO**

Na Instrução Normativa SRF nº 607, de 5 de janeiro de 2006, publicado no Diário Oficial da União nº 6, de 9 de agosto de 2006, Seção 1, página 25, no art. 13:

Onde se lê:

Fica formalmente revogada, sem interrupção de sua força normativa, a Instrução Normativa SRF nº 442, de 12 de agosto de 2003.

Leia-se:

Ficam formalmente revogadas, sem interrupção de sua força normativa, a Instrução Normativa SRF nº 442, de 12 de agosto de 2004, e Instrução Normativa SRF nº 496, de 19 de janeiro de 2005.

**COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO****SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2006**

ASSUNTO: Outros Tributos ou Contribuições

EMENTA: CIDE. LICENÇA DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR (SOFTWARE). INCIDÊNCIA. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) instituída pelo art. 2º da Lei nº 10.168, de 2000, para atendimento ao Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, incide sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior a título de remuneração decorrente de licença de uso de programas de computador (software), independentemente de os contratos relativos a tal licença estarem atrelados à transferência de tecnologia.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.609, de 1998, arts. 2º, 9º e 11; Lei nº 10.168, de 2000, arts. 1º e 2º; Lei nº 10.332, de 2001, art. 6º.

REGINA MARIA FERNANDES BARROSO  
Coordenadora-Geral**SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS  
1ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BRASÍLIA  
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE  
TRIBUTÁRIA****ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2,  
DE 12 DE JANEIRO DE 2006**

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BRASÍLIA-DF, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegada da Receita Federal em Brasília-DF, no protocolo do Ed. Órgãos Regionais do Ministério da Fazenda, situado no Setor de Autarquias Sul - SAS, quadras 03 e 04, Bloco O, Brasília-DF.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAYLTON SIMÕES

**ANEXO ÚNICO**

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

000.166.083-72	084.801.921-00	244.592.671-87
000.247.321-68	085.052.411-34	244.818.151-91
000.280.376-34	085.951.001-87	248.261.621-20
000.598.111-53	091.145.801-87	250.774.144-91
000.660.441-20	091.375.561-34	259.611.951-04
001.905.001-15	098.096.001-00	261.970.301-87
002.080.001-00	098.532.781-20	265.511.101-00
002.115.321-34	098.839.673-49	279.856.281-34
002.272.341-20	101.459.237-20	285.198.179-04
002.282.811-72	101.740.101-25	286.905.671-00
002.384.221-00	102.502.631-49	289.122.331-49
003.063.044-49	102.572.921-87	289.131.401-87
003.104.091-87	112.857.701-10	289.825.681-15
003.224.231-04	113.878.401-00	292.886.811-91
003.385.321-53	113.917.581-53	296.794.781-49
007.032.225-20	114.102.991-04	299.557.857-72
008.207.501-82	115.031.146-00	301.614.871-49
014.987.203-82	115.574.941-34	311.733.221-91
015.657.371-72	116.397.411-00	328.474.831-87
018.360.054-15	119.060.141-91	333.974.141-72
018.934.548-94	119.461.051-04	334.308.021-72
023.185.201-00	126.395.913-04	339.157.681-20
023.547.641-20	127.074.060-15	339.490.421-72
024.129.504-15	127.776.413-15	344.088.431-72
024.304.281-72	127.857.841-20	351.720.451-04
028.935.761-68	128.606.971-87	352.446.230-87
031.274.947-34	135.807.526-34	372.230.031-20
033.534.007-53	144.001.201-63	373.876.776-20
033.694.041-68	144.787.906-63	379.829.741-04
036.769.000-49	145.638.271-34	385.680.551-68
037.326.901-30	145.831.431-68	386.671.931-00
038.739.001-49	146.137.941-53	398.659.911-87
038.784.221-72	146.400.661-04	411.498.587-53
039.644.888-79	147.104.201-49	433.347.337-34
042.101.311-72	149.961.971-53	452.648.058-49
042.331.581-15	151.932.091-49	462.385.141-91
043.588.995-87	152.442.961-91	473.845.228-20
046.185.641-72	152.747.051-20	477.724.331-15
046.604.551-49	180.479.557-72	477.736.181-00
046.854.311-20	181.023.873-00	488.271.691-72
049.113.182-87	184.827.591-91	494.949.291-87
052.458.935-68	185.180.521-49	496.796.789-20
054.823.723-91	185.472.061-91	536.675.901-30
055.040.231-49	211.451.561-34	546.845.101-82
055.103.171-91	221.157.571-49	553.150.467-53
057.039.131-87	221.354.131-00	573.015.651-00
058.986.097-68	221.441.616-15	665.073.591-49
066.200.941-04	222.941.716-91	689.283.191-53
068.064.811-91	223.591.921-91	729.327.168-91
070.532.234-34	233.372.737-34	743.714.106-00
073.278.976-15	236.014.777-34	847.657.807-59
076.441.594-87	239.932.781-00	942.016.417-91
084.557.911-87	244.494.401-10	

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.001.974/0001-90	01.633.478/0001-11	26.483.149/0001-62
00.008.813/0001-28	01.638.386/0001-24	26.483.404/0001-77
00.009.167/0001-13	01.641.116/0001-72	26.485.110/0001-84
00.025.957/0001-92	01.642.172/0001-21	26.485.342/0001-32
00.037.234/0001-03	01.643.154/0001-64	26.485.615/0001-49
00.045.708/0001-69	01.652.056/0001-93	26.488.155/0001-02
00.098.087/0001-81	01.652.767/0001-68	26.495.655/0001-71
00.202.198/0001-96	01.656.883/0001-55	26.496.158/0001-98
00.305.508/0001-06	01.657.531/0001-14	26.498.063/0001-03
00.309.419/0001-20	01.659.049/0001-13	26.499.228/0001-61
00.309.807/0001-00	01.664.892/0001-98	26.501.114/0001-09
00.356.329/0001-90	01.677.907/0001-52	26.836.403/0001-69
00.357.277/0001-76	01.679.084/0001-02	26.973.313/0001-10
00.360.497/0001-04	01.697.823/0001-80	26.974.865/0001-42
00.360.776/0001-12	01.708.501/0001-90	26.975.524/0001-91
00.372.557/0001-53	01.738.878/0001-91	26.975.995/0001-08
00.400.234/0001-26	01.738.882/0001-50	26.976.050/0001-00
00.431.247/0001-62	01.755.266/0001-07	26.980.318/0001-70
00.436.923/0001-90	01.772.124/0001-58	26.980.698/0001-42
00.437.715/0001-06	01.773.607/0001-77	26.983.080/0001-36